



Governo do Distrito Federal  
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

ATA - IPREV/CIAR

### ATA DA 118ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS DO IPREV-DF

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, de forma híbrida, realizou-se a centésima décima oitava Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CIAR/IPREV-DF, instituído pela Portaria IPREV-DF nº 72/2023 como órgão responsável pelo apoio executivo da Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do Distrito Federal. A reunião foi coordenada pela Diretora Presidente do Iprev, Raquel Galvão Rodrigues da Silva, e eu, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, Analista Previdenciário, com atuação na Secretaria Executiva dos Conselhos, juntamente com a Mara Jordana B. C. Araújo, Secretária Executiva dos Conselhos, secretariei a reunião. A reunião contou com a participação dos seguintes Membros **Representantes do IPREV-DF**: Raquel Galvão Rodrigues da Silva, Paulo Henrique de Sousa Ferreira, Thiago Mendes Rodrigues, Ramon Estevão Cordeiro Lima e os seguintes **Representantes do Governo**: Fabrício de Oliveira Barros, representante da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do DF e Amim Macedo Queiroz, representante da Casa Civil do DF e na condição de convidado o Diretor Jurídico, Doutor Luiz Gustavo Múglia. **Registre-se que o material compilado apresentado na presente reunião foi encaminhado previamente ao Comitê e inserido no Processo SEI-GDF nº 00413-00000351/2024-07.** Havendo quórum legal, a Coordenadora do Comitê declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da Convocatória, passando, em seguida, para o **Item I - Aprovação da Ata da 117ª Reunião Ordinária.** Tendo todos confirmado o recebimento e a leitura prévia do documento, e dispensando uma nova leitura, o item foi encaminhado para votação e aprovado por unanimidade. A ata será disponibilizada para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações – SEI-GDF, visando posterior publicação no sítio oficial do IPREV-DF. Prosseguiu-se, então, para o **Item II – Conjuntura Econômica (março/2024).** Em discussão ao item, a palavra foi passada para o membro Sr. Ramon, Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimento (AESIN), que, após cumprimentar a todos, iniciou a apresentação. Durante sua fala, trouxe informações acerca do cenário Macroeconômico Internacional, com dados da inflação do mês de fevereiro e as prospecções para o mês de março. Informou que a inflação atual, com taxa de 3,2% (três por cento e dois décimos), estava um pouco acima do consenso, que era de 3% (três por cento). Ressaltou, porém, que as aplicações que o Instituto tem lá têm apresentado alta rentabilidade. Acerca dos Títulos Públicos Americanos destacou que houve indícios de queda em janeiro, porém, devido à alta inflação, houve uma reversão dessa tendência, com o despontamento das taxas, refletindo indiretamente nas carteiras de investimento. Em seguida, compartilhou dados do "gráfico de Fedwatch", um recurso da Bolsa de Chicago que especula a quantidade de queda da taxa de juros Americana. Apresentando o gráfico em um intervalo de 5,25 – 5,50% (cinco por cento e vinte e cinco centésimos e cinco por cento e cinquenta centésimos), informou que havia uma “aposta” do Mercado de que, em uma probabilidade de 45% (quarenta e cinco por cento), haja uma queda a partir do mês de setembro/2024, com taxa de 4,75% - 5,00% (quatro por cento setenta e cinco centésimos e cinco por cento), com o patamar mais baixo em abril/2025, quando chegaria a 4 – 4,25% (quatro por cento e vinte e cinco centésimos). Em seguida, apresentou a Taxa de Juros da zona do Euro, que estava em 4,5% (quatro por cento cinco décimos). Esclareceu que parte dos

recursos do Instituto são aplicados no Mercado Europeu. Em seguida, explicou que, tanto na zona do Euro, quanto na Americana, para a renda variável o cenário é misto, porém, que por já terem essas taxas de renda fixa chegado ao limite, apesar de não ser possível precisar a data, em que pese as probabilidades, a tendência era de recuo da taxa do FED e que, frente a isso, seria essencial estar adequadamente posicionado para garantir os ganhos que a referida queda da taxa proporcionará. Informou que o S&P 500 *Index* fechou o mês de fevereiro em 5.096 pontos, sendo a máxima do índice; e o DXY (cesta de moedas estrangeiras frente ao dólar americano) perto de 104 pontos. Acerca do Cenário Nacional, Sr. Ramon informou que a inflação de fevereiro havia fechado em 0,83% (oitenta e três centésimos por cento) o que era considerado um resultado alto para o mês. Esclareceu, porém, que houve convergência para uma das “bandas da meta” de inflação do Banco Central, a qual era de 3% (três por cento), com a banda de 1,5% (um por cento cinco décimos) para cima, ou para baixo, estando, portanto, dentro do que o Conselho Monetário Nacional considerava como controlável e resultando em 4,50% (quatro por cento e cinquenta centésimos) no acumulado de 12 meses. Em seguida, informou que a taxa SELIC havia baixado para 10,75% (dez inteiros por cento e cinco centésimos), ressaltando que, diante desse cenário, a melhor abordagem seria posicionar, estrategicamente, a carteira de investimentos, em pré-fixado ou em renda variável. Esclareceu, ainda, que para o Fundo Capitalizado o plano era investir em renda variável e investimentos no exterior, que seriam os investimentos beneficiados com a baixa da Selic. Demonstrou, ainda, a expectativa do mercado para IPCA - 3,79% (três por cento e setenta e nove centésimos) – e SELIC – 9% (nove por cento). Trouxe a taxa da NTN-B com vencimento em 2055 de modo a informar a alta, a mercado, da taxa no ano de 2024, que compõe parte da carteira do Fundo Solidário Garantidor. Por *slide*, informou que o índice IBOV (principal índice da bolsa brasileira) fechou o mês de fevereiro em 129 mil pontos e dólar em R\$ 4,97 (quatro reais e noventa e sete centavos). Após discussões, ainda com a palavra, o Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimento passou a apresentar o **Relatório de Investimentos referente a fevereiro/2024, item III** da pauta. Sobre o Fundo Solidário Garantidor – FSG, informou que, apesar de permanecer negativo no índice acumulado – devido à queda do IBOVSPA e dos Títulos Públicos a mercado - por ter pago cupom em fevereiro, o Fundo gerou uma rentabilidade na carteira de R\$ 30.944.191,66 (trinta milhões novecentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e um reais e sessenta e seis centavos) em fevereiro, com acumulado de R\$ 19.730.964,95 (dezenove milhões setecentos e trinta mil novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) no ano de 2024. Em seguida, demonstrou os *Benchmarks* e a Liquidez, esclarecendo que, por segmentos, que não houve mudanças significativas. Por índice, houve um acréscimo no CDI pelo pagamento de cupons dos títulos públicos federais. Por liquidez, mantiveram-se as aplicações inalteradas no mês, com percentual relevante de aplicações entre muito alta e alta liquidez – 94,51% (noventa e quatro por cento e cinquenta e um centésimos). Em relação ao Risco de Mercado, esclareceu que todas os Fundos se mantinham com baixo risco, ressaltando que não havia nenhum nível de risco considerado alto ou muito alto. Entre os mandatos de fevereiro, para o FSG, explicou que houve uma chamada de Capital do Fundo Pátria, com alocação de R\$ 607.324,15 (seiscentos e sete mil trezentos e vinte e quatro reais e quinze centavos), realocados do Fundo BB Fluxo FIC Renda Fixa, benchmark CDI. Dando sequência, apresentou os mandatos executados para o esse Fundo, e, por meio de um quadro detalhado, a distribuição da Carteira, por gestor, por administrador, por distribuidor e por custodiantes, destacando que a análise e apresentação minuciosa das informações foi realizada atendendo a uma solicitação do Conselho Fiscal da Autarquia. Segundo o quadro apresentado, em fevereiro, o FSG teve rentabilidade nominal de 0,74% (setenta e quatro centésimos), inflação de 0,83% (oitenta e três centésimos), com meta para o FSG de 0,91% (noventa e um centésimos por cento) e com meta anual de 1,12% (um por cento e doze centésimos) acima da inflação. Com relação ao Fundo Capitalizado (FC), explicou as rentabilidades com destaque para os investimentos no exterior (FIE e BDR). Com relação aos segmentos, não houve grandes mudanças e, com relação aos *Benchmarks*, esclareceu que houve uma discreta modificação no Fundo Capitalizado, que foi uma pequena entrada de Fundo de Investimento no Exterior, a qual não modificou o percentual do mês de janeiro e incremento do CDI dado o pagamento de

cupons de títulos públicos federais em fevereiro. Em seguida, passou a discorrer sobre a liquidez, sobre a qual destacou a permanência em níveis considerados altos, ou muito alto, com apenas um fundo ilíquido. Quanto ao risco, não há nenhum fundo de investimento com risco alto ou muito alto. Quanto às determinações do Comitê, houve duas realocações: 1) realocação de CDI para FIE de R\$ 7 milhões e 2) compra de títulos públicos federais; com as seguintes realocações: 1) dois resgates do BB Fluxo FIC Renda Fixa para chamada de capital do Pátria Infraestrutura V, de R\$ 535.828,15 (quinhentos e trinta e cinco mil oitocentos e vinte e oito reais e quinze centavos) somados; 2) resgate do BRB Capital FIC renda fixa e aplicação do BB Perfil FIC renda fixa ref. DI de R\$ 37 milhões (trinta e sete milhões); 3) resgate do BB Perfil FIC Renda Fixa ref. DI para compra de 6.700 Títulos públicos federais NTN-B com vencimento em 15/05/2035, no total de R\$ 29.924.961,23 (vinte e nove milhões novecentos e vinte e quatro mil novecentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos); 4) resgate do BB Perfil FIC renda fixa ref. DI para aplicação no BB Global Select Equity inv. No exterior FI Multimercado de R\$ 7 milhões (sete milhões). Quanto à quantidade de movimentação entre BRB e BB, o sr. Ramon questionou, antecipando as sugestões de mandato, ao membro Fabrício, subsecretário do tesouro, a possibilidade das transferências do Fundo Capitalizado serem direcionados ao BB, pois a custódia de títulos públicos é realizada naquela instituição e tal procedimento diminuiria a quantidade de transferência, resgate e aplicação, deixando o recurso por mais tempo alocado. Sr. Fabrício informou que há uma legislação que delimita o pagamento de recursos via BRB. Continuando a apresentação, por meio de um quadro detalhado, a distribuição da Carteira, por gestor, por administrador, por distribuidor e por custodiantes, destacando que a análise e apresentação minuciosa das informações foi realizada atendendo a uma solicitação do Conselho Fiscal da Autarquia. Quanto à meta do FC, houve uma rentabilidade de 0,98% (noventa e oito centésimos), contra a meta de 1,20% (um por cento e vinte centésimos), e na rentabilidade acumulada percentual de 2,07% (dois por cento e sete centésimos) e meta acumulada de 2,06% (dois por cento e seis centésimos), com rentabilidade nominal de R\$ 25.530.200,63 (vinte e cinco milhões quinhentos e trinta mil duzentos reais e sessenta e três centavos) no acumulado do ano e rentabilidade no mês de 8.427.510,80 (oito milhões quatrocentos e vinte e sete mil quinhentos e dez reais e oitenta centavos). Posteriormente, foi apresentado o quadro acumulado, com as informações do FA, FF, FC e FSG, com rentabilidades somadas de R\$ 61 milhões (sessenta e um milhões), até o momento. Trouxe ainda, por solicitação do Conselho de Administração, o quadro demonstrativo da Política de Investimento com a posição percentual da carteira, limites da Resolução e da Política de Investimentos de 2024. Passou-se, então, para o item **IV – Estratégias de Investimento (abril/2024)**. Em discussão a esse item, o Sr. Ramon trouxe informações acerca das **estratégias para os Mandatos do FSG**, que foram **I)** a Desconcentração de CDI/Crédito Privado para Alocação Dinâmica - Realocação de R\$100 mi; (2,37%). Neste item, trouxe, por slides o risco vs retorno dos fundos de alocação dinâmica com relação ao Ibov e à SELIC, para discussão dos membros; **II)** o Encurtamento dos Títulos Públicos Federais, com vencimento em 2055/2060 para IDKA-IPCA 2A / IMA B-5 / IRF-M1 com Realocação de R\$100 mi; (2,37%); **III)** a troca de Fundo de Investimento no Exterior (BB Nordea) em FIE – Realocação de R\$ 6 milhões (0,14%); e **IV)** A prorrogação do Prazo FIP Venture Brasil Central por 2 (dois) anos, com slides dos principais pontos do fundo de investimento entre os quais: portfólio de empresas investidas, capital comprometido, capital integralizado e total amortizado até o momento, demonstrando que houve o retorno de 15,90% (quinze por cento e noventa centésimos) até o momento e há, ainda, 14 (quatorze) empresas a serem vendidas. **Para o FC, as estratégias apresentadas foram: I)** a Realocação de CDI/Crédito Privado para FIE/BDR/Multimercado - Realocação de R\$15 mi (1,16%); **II)** a Realocação de CDI/IRF-M/IRF-M1 para Compra de Títulos Públicos com vencimento até 2037 - Realocação de R\$50 mi (5,55%); **III) Arrecadação mensal do BRB para a conta do Banco do Brasil** – Sobre esse item, Ramon esclareceu que as maiores movimentações do Fundo Capitalizado eram feitas no Banco do Brasil, sendo, porém, a captação dos recursos feita no BRB. Dessa forma, a fim de observar o enquadramento, a rentabilidade e a operacionalização em si; devido, também, ao prazo necessário para as referidas transferências - o qual, naturalmente, implicava na falta de ganhos de um dia de investimentos - a tática seria fazer essa capitalização diretamente pelo Banco do Brasil e, caso houvesse a

necessidade de pagamento de benefícios, fazê-lo por meio do BRB. Em seguida, após discussões, o Chefe da AESIN voltou a apresentar as estratégias para o Fundo Capitalizado: **IV**) a Realocação de CDI/Crédito Privado para IBOV/SMALL/IDIV/IBX Realocação de R\$15 mi (1,16%); e **V**) Realocação de CDI/ Crédito Privado para IDK-IPCA 2a/ IMA-B5 – R\$ 20 milhões (2,21%). Finalizando a apresentação a palavra foi devolvida à Dra. Raquel, que encaminhou para votação cada uma das estratégias apresentadas, tendo sido todas aprovadas por unanimidade. Passando-se para **Informes Gerais**, a Presidente da Mesa sugeriu a marcação de uma Reunião Extraordinária, especificamente para a Autorização de chamamento para Credenciamento de Administradores e Gestores Fundos de Investimento e para a Autorização de abertura de chamamento para Credenciamento de Fundos de Investimento. Obtendo a concordância de todos, e nada mais havendo a ser tratado, a Coordenadora do CIAR encerrou a sessão às dezesseis horas e trinta e um minutos e eu, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, na qualidade de Analista Previdenciário, atuante na Secretaria Executiva dos Conselhos, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será disponibilizada no Processo SEI-GDF nº **00413-0000351/2024-07**, para ser assinada eletronicamente pelos Membros presentes na reunião e publicada sítio oficial do IPREV-DF.



Documento assinado eletronicamente por **RAMON ESTEVÃO CORDEIRO LIMA - Matr. 0273315-3, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 30/04/2024, às 12:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MENDES RODRIGUES - Matr. 0283130-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 30/04/2024, às 12:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA - Matr. 0271291-1, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 30/04/2024, às 15:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GALVAO RODRIGUES DA SILVA - Matr. 0283987-3, Coordenador(a) do Comitê de Análise de Risco**, em 30/04/2024, às 15:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FABRICIO DE OLIVEIRA BARROS - Matr.0190673-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 30/04/2024, às 16:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: [http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0verificador=136929862](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=136929862) código CRC= **D5FC2898**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 09, Torre B, 1º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308200 - DF

Telefone(s):

Sítio - [www.iprev.df.gov.br](http://www.iprev.df.gov.br)

---

00413-00000351/2024-07

Doc. SEI/GDF 136929862